



RELATORIA

7º Encontro do Fórum Nacional dos Dirigentes de Unidades de Conservação (FSNUC)

6 e 7 de junho de 2024
Foz do Iguaçu/PR

Realização:

Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DAP/SBIO/MMA)

Apoio:

Instituto Água e Terra – IAT/PR



Sumário

1. Introdução	4
2. Mesa de Abertura.....	6
3. Atualizações do SNUC e perspectivas para o sistema (DAP/SBIO/MMA)	8
3.1 Contexto Mundial e Metas de Conservação	8
3.2 Avanços no Brasil.....	8
3.3 CNUC e SANGe	9
3.4 Considerações Finais	9
4. Apresentação da estrutura, ações e projetos do Instituto Água e Terra - IAT	10
5. Eleição da Presidência do FSNUC e Deliberações.....	12
6. Apresentação e Deliberação sobre o Regimento Interno do FSNUC.....	13
7. Apresentação dos Resultados Preliminares dos Grupos de Trabalho (GTs) do FSNUC	13
7.1 GT Capacitação	14
7.2 GT Sustentabilidade Financeira	14
7.3 GT de Criação de UCs	16
8. Compartilhamento de experiência estadual: construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (IDEFLOR-Bio/PA).....	17
9. Estratégia Nacional de Ecoturismo conjugada com a Política Nacional das Trilhas de Longo Curso	18
9.1 Contextualização (Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)	18
9.2 Apresentação da iniciativa “Caminhos do Iguaçu” (ADETUR Cataratas e Caminhos).....	19
9.3 Apresentação do Programa de Turismo Sustentável em Unidades de Conservação Federais (ICMBio).....	20
10. Proposta de criação de Grupo de Trabalho	21
10.1 Dinâmica de grupo.....	21
10.2 Resultados dos grupos	22
10.3 Resumo e Sistematização dos principais temas abordados pelos grupos	41
10.4 Considerações Finais sobre a atividade.....	44
11. Fechamento do 7º Encontro	44
12. Encaminhamento Finais	45





1. Introdução

O Fórum Nacional de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – FSNUC foi institucionalizado recentemente por meio da Portaria GM/MMA nº 1.065, de 22 de maio de 2024. O FSNUC constitui-se espaço de aproximação entre formuladores e executores das políticas públicas que versam sobre Unidades de Conservação - UCs, reunindo dirigentes de órgãos gestores de UCs das diferentes esferas da Federação (federal, estadual, distrital e municipal) tornando-se uma ferramenta de apoio relevante para a coordenação, consolidação, ampliação e governança do SNUC.

O Fórum vem operando por meio de trocas realizadas virtualmente, por meio da plataforma *teams* e, sobretudo, de Encontros anuais, tendo sido o primeiro Encontro realizado em 2018, em Florianópolis, durante do VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC). Os Encontros anuais têm o objetivo maior de proporcionar espaços de discussão sobre a criação, gestão, capacitação, proteção, sustentabilidade financeira e conectividade ecológica, além de outros temas atinentes às UCs, fomentar o fortalecimento da articulação institucional entre os órgãos e entidades responsáveis pela gestão das mesas, e promover o intercâmbio de informações entre os órgãos executores do SNUC. O FSNUC tem ainda como atribuição a proposição e formulação de propostas visando ao fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

O 7º Encontro foi realizado nos dias 06 e 07 de junho de 2024 em Foz do Iguaçu/PR, paralelamente ao 19º Festival de Turismo das Cataratas, e contou com a participação de diversos dirigentes, especialistas e representantes de equipes gestoras de UCs de diferentes regiões do país.

O Encontro contou com a seguinte programação:

Dia 06 de Junho 2024

Horário	Atividades
8:30	Credenciamento
9:00	Abertura com as autoridades <ul style="list-style-type: none">• Angela Meira, Secretária Meio Ambiente de Foz do Iguaçu• Pedro Henrique de Souza Mendonça Lobo, Diretor da ANAMMA• José Luiz Scroccaro, Diretor Presidente do IAT/PR• Everton Luiz da Costa Souza, Secretário SEDEST/PR, representando a ABEMA• Rita de Cássia Guimarães, Secretária da SBIO/MMA
10:00	Ato simbólico de oficialização do FSNUC <ul style="list-style-type: none">• MMA: atualizações SNUC e perspectivas para o sistema (DAP)



11:00	Apresentação Instituto Água e Terra (IAT) - Rafael Andreguetto, Diretor
12:00	Fechamento evento aberto
12:30	Almoço
14:00	Apresentação dos resultados do GT Governança (Julia Bochner, INEA-RJ) <ul style="list-style-type: none">• Eleição da Presidência Interina do FSNUC• Apresentação e deliberação sobre o Regimento Interno do FSNUC
15:00	Apresentação dos resultados preliminares dos: <ul style="list-style-type: none">• GT Capacitação (Pedro Menezes, Diretor DAP/SBIO/MMA);• GT Sustentabilidade financeira (Julia Zapata, Coordenadora DAP/SBIO/MMA), incluindo apresentação da experiência do RJ- Julia Bochner, Diretora do INEA <ul style="list-style-type: none">- Instalação GT Criação (apresentação: Criação de UCs na esfera federal- Bernardo Issa, Coordenador DAP/SBIO/MMA e Aldízio Oliveira, Coordenador geral de criação e planejamento de UCs substituto do ICMBio)- Demais GTs (Bernardo Issa)
16:30	Compartilhamento de experiência: construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Pará (Maria de Nazaré Bentes de Lima- Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade/PA) <ul style="list-style-type: none">• Considerações do MMA• Interação com os OGs sobre experiências, em plenária.

Dia 07 de Junho de 2024

Horário	Atividades
9:00	Discussão da Política Nacional de Ecoturismo conjugada com a política nacional das Trilhas de Longo Curso (Demanda do TCU) <ul style="list-style-type: none">• Apresentações MTur (Sec. Milton Zuanazzi) e MMA (Pedro Menezes)• Compartilhamento e interações dos órgãos gestores<ul style="list-style-type: none">- ICMBio - Carla Guaitanele (Coordenadora Geral de Uso Público e Negócios)<ul style="list-style-type: none">• Dinâmica de Grupo (Pergunta orientadora: O órgão tem alguma política ou estratégia para ecoturismo sustentável em implementação? Quais os pontos de destaque?) <ul style="list-style-type: none">• Proposta de criação de GT
11:00	Assuntos Gerais, Encaminhamentos, Encerramento <ul style="list-style-type: none">• Próximo ano: 25 anos de SNUC
12:30	Almoço



13:00	Visita técnica sobre uso público e estrutura de visitação no Parque Nacional do Iguaçu
-------	--

2. Mesa de Abertura_ Pedro da Cunha e Menezes, Diretor do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, fez a abertura oficial do evento dando as boas-vindas a todas as autoridades e presentes.

O evento foi iniciado com a ênfase na importância do engajamento dos participantes. Foi destacado que, nos momentos livres, os participantes deveriam aproveitar para compartilhar dúvidas e anseios, promovendo uma coordenação mais efetiva e colaborativa para o avanço na implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC.

Foram convidados para a mesa de honra as seguintes autoridades:

- Márcio Nunes - Secretaria de Turismo do Paraná
- Pedro da Cunha e Menezes - Diretor do Departamento de Áreas Protegidas/Sbio/MMA
- Angela Meira - Secretária de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu
- Pedro Henrique de Souza Mendonça Lobo, Diretor da ANAMMA
- José Luiz Scroccaro - Diretor Presidente do IAT/PR
- Everton Luiz da Costa Souza - Secretário SEDEST/PR, representando a ABEMA
- Carla Guaitanele- Coordenadora Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio
- Rafael Andreguetto- Diretor do IAT/PR
- Rita de Cássia Guimarães - Secretária da SBIO/MMA

O Secretário de Turismo do Paraná, Márcio Nunes, enfatizou avanços do Paraná considerando o crescimento, geração de renda, de emprego, a compatibilidade entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Destacou a construção do Instituto Água e Terra- IAT, que concentrou diversas atribuições e o papel da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo- SEDEST, trazendo a temática do turismo conjugada à de desenvolvimento sustentável. Destacou ainda o turismo responsável como um norte de atuação e, com isso, a atração de investimentos e empreendedores que contribuem para o desenvolvimento do Estado. Por fim enfatiza a necessidade de implantação de infraestrutura de modo a favorecer a visitação e o potencial turístico das Unidades de Conservação.

O Diretor de Áreas Protegidas do MMA, Pedro da Cunha e Menezes, sublinhou os avanços do SNUC, saindo do patamar de troca de experiências para um patamar de construção conjunta do SNUC, em que os Estados são protagonistas junto ao ICMBio e ao MMA. Ressaltou que o SNUC foi institucionalizado por ato legal, o que traz novas oportunidades e responsabilidades. Destacou ainda a necessidade de trabalhar sobre diversos temas como a regulamentação de diversos artigos do SNUC e a ampliação da área protegida visando o atendimento aos compromissos internacionais, demandando, desta forma, muita articulação



entre os diferentes entes. Fez uma pequena explanação sobre os Grupos de Trabalho instituídos, suas discussões e principais avanços. Finalizou salientando a visão do SNUC em ser “menos um conjunto e mais um sistema”, e por fim, endossou a importância de se avançar na agenda de turismo em Unidades de Conservação e a necessidade de melhoria de infraestrutura para a visitação.

O Secretário SEDEST/PR, Everton Souza, por sua vez, destacou as atribuições do IAT, responsável pela gestão de UCs, da água e do território e também pela realização de obras de saneamento ambiental. Informou que no Encontro havia representantes de todas as UCs do Estado e, enquanto representante da ABEMA, enalteceu a iniciativa tendo em vista a troca de experiências exitosas e desafios que oportuniza. Também sublinhou a relevância de se trabalhar a conectividade e o entorno das Unidades, uma vez que podem contribuir para a melhoria da qualidade ambiental destes espaços, bem como de processos participativos na elaboração dos Planos de Manejo.

O Diretor Presidente do IAT/PR, José Luiz Scroccaro, enfatizou a necessidade de viabilizar as condições de visitação e turismo nas UCs. Destacou a importância de se discutir os recursos hídricos, sua relação com as florestas e anunciou a realização do primeiro “Encontro Nacional de Mulheres pelas Águas”, do “Diálogos de implementação das ações de Educação Ambiental do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, dentre outros eventos.

O Diretor do IAT/PR, Rafael Andreguetto, anunciou a assinatura do Decreto de atualização da lista de fauna ameaçada do Paraná, a criação da 73ª UC do Paraná (uma ESEC, com 793 hectares, fruto de uma discussão em parceria com o ICMBio para estabelecimento de um corredor ecológico de UCs da Mata Atlântica), a homologação de acordo de R\$ 2,5 mi para implementação de UCs do litoral do Estado, o acordo com a Engel Brasil no valor de R\$ 4,5 mi para compra de equipamentos de UCs, o projeto VRS, que trata da bioeconomia (R\$ 5 mi para desenvolvimento das vocações regionais sustentáveis nas UCs e seus entornos), e acordo em fase final para ampliação do Parque Estadual Guartelari de 784 para 8 mil ha.

A Coordenadora Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, Carla Guaitanele, destacou o alinhamento entre todas as falas e a importância de realização de atividades conjuntas e integração para a estruturação das UCs nas diferentes escalas. Enfatizou a mudança de perfil de chefes de UCs, para gestores que pensam a integração para o território, sendo propulsor do desenvolvimento local e regional. Finalizou sua fala destacando a importância das pessoas conhecerem mais as Unidades de Conservação, da necessidade de termos mais áreas protegidas estruturadas e abertas à sociedade.

O Diretor da ANAMMA, Pedro Lobo, sublinhou a importância dos municípios serem melhor envolvidos nas discussões, soluções e decisões uma vez que o entorno e as UCs estão nos municípios. Destacou ainda o objetivo principal da UC, que é conservar e, para isso, salientou a necessidade da parceria com os municípios. Finalizou informando que a ANAMMA estava criando um GT específico para capacitação de gestores municipais sobre Unidades de Conservação, em parceria com o MMA.



Para finalizar a mesa de abertura a palavra foi passada para a Angela Meira, Secretária Meio Ambiente Foz do Iguaçu, que parabenizou a iniciativa e destacou a criação recente da Secretaria de Meio Ambiente no município, com criação de 06 UCs, com mais de 88 hectares. Destacou ainda a elaboração participativa do Plano de Manejo de uma UC em parceria com a secretaria de turismo.

3. Atualizações do SNUC e perspectivas para o sistema (DAP/SBIO/MMA)

Bernardo Issa, coordenador geral do DAP, sublinhou a necessidade urgente de coordenar as políticas de criação e implementação de UCs no Brasil. Na sequência passou para a apresentação, trazendo como pontos de destaque:

3.1 Contexto Mundial e Metas de Conservação

Compromissos assumidos no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica- CDB e a meta 03 do novo Marco Global para Biodiversidade (Marco de Kunming-Montreal) e a necessidade de se trabalhar para alcançar a meta estabelecida.

Foi apresentado um panorama mundial das áreas protegidas:

- **Cerca de 16% do território terrestre mundial** está protegido por áreas protegidas e **cerca de 08% por áreas marinhas** protegidas.
- O objetivo é atingir a meta de **30% de áreas protegidas** globalmente.

Bernardo destacou a importância de cadastramento das UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC e o esforço para aumentar a representatividade de UCs em nível municipal e estadual. Ressaltou ainda que o CNUC é a base para o reporte à WDPA (banco mundial de dados sobre áreas protegidas), ou seja, o que se cria e se cadastra no CNUC repercute globalmente.

3.2 Avanços no Brasil

Desde setembro do ano passado, o Brasil criou **53 novas unidades de conservação**, incluindo 07 federais, 16 estaduais (RPPNs) e 30 municipais cadastradas no CNUC. Foram realizadas parcerias para interligar plataformas de cadastro, como no Paraná e no Rio de Janeiro e há um esforço de capacitação e articulação junto aos Estados e municípios para cadastramento.

Recentemente, no contexto federal foi criado um Refúgio da Vida Silvestre no Amazonas, e um Monumento Natural em São Desidério, na Bahia. Por fim apresenta um *slide* que sistematiza a atualização, por Estados de cadastramento de UCs nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) e passa a palavra à Betânia Fichino, analista ambiental do DAP.



3.3 CNUC e SAMGe

Betânia iniciou sua fala com reconhecimento aos esforços de muitos Estados no preenchimento do SAMGe, ferramenta que detalha dados do CNUC e traz informações relativas ao grau de efetividade de gestão das UCs. Destacou que o CNUC traz informações gerais sobre as UCs enquanto o SAMGe aborda aspectos ligados à efetividade das UCs e ao cumprimento dos objetivos para os quais foram criadas. Destacou a possibilidade de verificar, no nível do sistema como um todo e por órgão gestor, considerando indicadores relacionados aos resultados, produtos, serviços, contextos, planejamento, processos, insumos, dentre outros. Salientou que este sistema possibilita verificar a situação de recursos e valores, os impactos de usos e permite direcionar esforços conforme o recorte desejado e direcioná-los em termos de priorização de ações de intervenção. Mostrou ainda a possibilidade de serem feitos diferentes filtros e recortes por bioma, categoria, Órgão Gestor etc. Mostrou ainda a possibilidade de serem aferidas as naturezas de ações de manejo realizadas e lacunas de apoio (que melhor direcionar esforços). Reportou o cenário atual, que demonstra o aumento de adesão ao SAMGe, que representa um grande universo do SNUC mas ainda há muitas UCs ainda não cadastradas. Fechou sua fala salientando a necessidade de se ter o SAMGe e CNUC contemplando todas as UCs de forma atualizada para que seja possível olhar o Sistema como um todo. E por fim, solicitou os Estados a envidarem esforços no sentido de fomentar o preenchimento. Bernardo complementou informando que o MMA está utilizando o SAMGe como requisito para apoio às UCs.

3.4 Considerações Finais

Bernardo Issa reportou que o DAP também é responsável pela agenda de reconhecimento dos sítios de patrimônio natural da UNESCO e informou o envio da candidatura do Parque dos Lençóis Maranhenses e Cavernas do Peruaçu. Registrou o apoio do FSNUC à retomada e instituição do Decreto das Reservas da Biosfera (COBRAMAB), a entrega do relatório de acompanhamento das Reservas da Biosfera brasileiras e a elaboração do Plano de Ação das Reservas da Biosfera. Quanto aos Mosaicos destacou que o Ministério deverá apoiar o encontro da REMAP e realizar esforços para atualizar a Portaria de reconhecimento dos Mosaicos. Destacou ainda a agenda de apoio à articulação e criação de UCs, com discussão de uma minuta de Portaria de regulamentação de criação entre MMA e ICMBio e a execução dos diversos projetos coordenados pelo MMA (ARPA, GEF Mar, GEF Terrestre, GEF Áreas Privadas, etc). Sublinhou a atualização da governança da Rede Trilhas, e Editais de apoio ao estabelecimento de trilhas no escopo de projetos coordenados pelo MMA. Em complementação à fala do Bernardo, Pedro Menezes destacou a necessidade de articulação entre os Estados e OGs para a COP da Biodiversidade na Colômbia no final de outubro, tendo em vista a importância de ter uma presença articulada e subsidiar o MRE quanto aos avanços e demandas relacionadas às UCs. Bernardo finalizou enfatizando a oficialização do FSNUC por meio de Portaria, o estabelecimento de novos canais de comunicação (como a comunidade no *whatsapp* e base de compartilhamento de documentos no *teams*), o funcionamento de GTs (Governança, Capacitação e Sustentabilidade financeira), e a necessidade de se avaliar futuramente o andamento dos demais GTs.



Para fechar a apresentação do MMA, Rita Mesquita, Secretária da SBio/MMA, destacou o fortalecimento do FSNUC tendo em vista a parceria e atuação compartilhada entre Órgãos Gestores de UCs. Saliu que o FSNUC é um dos espaços fundamentais de governança sobre as áreas protegidas e realçou: *“temos buscado construir as pontes, relações e integração que exige de nós e contamos com os parceiros para atuar e olhar as prioridades, além de promover o intercâmbio de experiências. No exercício das funções, os Estados têm um papel central na construção de novos entendimentos, conceitos e olhares sobre a conservação, beber da fonte das experiências nos diferentes biomas em toda heterogeneidade do Brasil e diversidade de realidades é fundamental e ajuda a fortalecer as políticas do governo federal”*. Finalizou sua fala destacando que o FSNUC deve ser um espaço de diálogo e co-construção no sentido de elaboração e implementação de políticas públicas mais robustas, amparadas em experiências. E em relação à COP, que haverá oportunidade de compartilhar experiências e construir uma agenda para abrigar as perspectivas estaduais.

4. Apresentação da estrutura, ações e projetos do Instituto Água e Terra - IAT

O diretor do IAT/PR, Rafael Andreguetto, inicialmente presenteou simbolicamente a secretária do MMA Rita Mesquita e o Diretor Pedro Menezes para destacar a importância da integração e parcerias, com um quadro desenvolvido pelo Instituto Água e Terra representando a temática da Semana do Meio Ambiente, que é o *“Paraná mais verde e solidário”* e com um livro sobre a fauna do Paraná, em agradecimento à parceria.

Na sequência, apresentou a estrutura e projetos do Instituto Água e Terra- IAT e destacou que atualmente são 72 UCs estaduais no Paraná, 05 em processo de criação e no ICMS Ecológico são 876 áreas protegidas cadastradas. Além disso, destacou a produção de mudas nativas, ICMS Ecológico e projetos de educação ambiental do Instituto.

Destacou ainda iniciativas como o *“Parques Paraná”* focado na melhoria da visitação e uso público e o *“Previna”* programa de prevenção de incêndios na natureza, além dos projetos *“Passarilhar Paraná”* voltado ao *bird watching* em UCs, *“Pró-fauna”*, *“Poliniza Paraná”* (obrigatório em todos os parques urbanos e para fomento à bioeconomia em UCs) dentre outros, bem como o recebimento de diversos prêmios como o *“Expressão de Ecologia”*, por conta de restauração e o *“Prêmio Nacional do Turismo”*.

Saliu que o Paraná aderiu à campanha da **UNFCCC** e à **Rede Nós Somos**, além de ser associado a coalizões internacionais, que oferecem apoio técnico tendo se destacado pela implementação do ICMS Ecológico, programa que possui 33 anos de implementação, e atualmente conta com repasse anual de R\$ 500 milhões para 262 municípios que mantêm áreas protegidas ou mananciais de abastecimento. Destacou que já foram repassados mais de R\$ 7 bilhões. Sublinhou também a neutralização de carbono para o secretariado da Convenção da Biodiversidade da ONU.



Enfatizou que em termos de legislações, foram editadas diversas instruções normativas e técnicas para compensação ambiental e restauração de áreas degradadas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, além de regulamentação de coletas de sementes, criação de programa de voluntariado para viveiros e laboratórios de sementes, revisão de roteiro metodológico dos Planos de Manejo de RPPNs, normatização do uso de drones, eventos em UCs, de pesquisa científica em viveiros e laboratórios e o estabelecimento da plataforma digital das áreas estratégicas para a conservação e restauração do Paraná, dentre outras. Detalhou o cenário atual das UCs e programas de apoio como de voluntariado, que conta atualmente com 760 voluntários cadastrados, o "Previna" que conta com 263 brigadistas florestais voluntários, o programa parque escola, que atende mais de 15 mil alunos, dentre outros, resgate de fauna, inventário florestal para supressão de exóticas e restauração ("Paraná mais verde", que conta com um aplicativo, permitindo a disponibilização de até 100 mudas por pessoa física). Por fim citou as iniciativas "Vocações regionais sustentáveis" para fomento à bioeconomia e "Pró biodiversidade" para desenvolvimento de sistemas de monitoramento e gestão ambiental e *dashboards* das áreas estratégicas para conservação e restauro e do ICMS Ecológico que permite observar, por UC, quanto recebe de remuneração. Por fim, mencionou o programa "Parques Paraná", que envolveu a capacitação de gestores de 32 UCs, selecionadas (das 72 UCs estaduais hoje existentes) para diagnóstico de pressões e estruturação para visitação e uso público em parceria com a Fundação Boticário.

Em seguida Rafael Andreguetto convidou autoridades para a assinatura de uma Declaração de reconhecimento e agradecimento aos pesquisadores que trabalharam na atualização da lista de fauna ameaçada do Paraná e do Termo de Cooperação entre IAT e Parques das aves para funcionamento do Centro de Atendimento à fauna silvestre.



Assinatura da Declaração de reconhecimento e agradecimento aos pesquisadores que trabalharam na atualização da lista de fauna ameaçada do Paraná e do Termo de Cooperação entre IAT e Parques das aves/PR.



Dia 06 de junho - tarde

A parte da tarde do primeiro dia do Encontro se iniciou com uma breve apresentação dos representantes presentes de cada UF/OG e entidades representativas. À ocasião de algumas apresentações foram destacadas a quantidade e área de Unidades de Conservação - UCs em cada UF, especificidades estaduais, a importância do evento, a relevância da continuidade dos Encontros do FSNUC e a oportunidade de troca de experiências.

Em seguida, o Diretor do DAP/MMA, Pedro Menezes, reforçou a presença de praticamente todos os Estados, agradeceu os esforços de Julia Bochner (INEA/RJ), que contribuiu para o processo e destacou que o foro tem natureza sobretudo política, os espaços por excelência de trocas são os Grupos de Trabalho e, neste sentido, realiza convite para maior engajamento dos OEMAs nos GTs.

5. Eleição da Presidência do FSNUC e Deliberações

Na sequência, Pedro da Cunha e Menezes, Diretor do DAP/MMA, destacou a publicação da Portaria de institucionalização do FSNUC, porém ressaltou que, para ser formalmente operacionalizado, requer-se ato de nomeação pela Ministra. Saliou que como muitos Estados ainda não oficiaram o Ministério com as indicações (uma autoridade política, um servidor de carreira -para garantir continuidade- e um suplente) o FSNUC ainda não pode ser formalmente operacionalizado. Desta forma, reforçou a necessidade de envio de ofícios, pelos OEMAs, com as indicações até a semana seguinte. Por outro lado, a fim de não perder a oportunidade de realizar a eleição da presidência no evento presencial, propôs a realização de uma eleição interina, a ser ratificada posteriormente em formato virtual pelos membros do FSNUC e submeteu a proposta à plenária.

Não havendo objeções pelos participantes a proposta foi considerada aprovada por unanimidade.

Neste sentido, foi disposto a **Deliberação 01**, na qual a plenária aprovou por unanimidade a proposta de eleição de presidência interina do FSNUC.

Na sequência reportou que foi solicitado a todos os OGs membros do FSNUC que, caso houvesse interesse, apresentassem a candidatura para a posição de presidente do Fórum. A vigência da presidência considera um período de 02 anos a contar publicação do ato no DOU. Informou que somente o INEA/RJ apresentou indicação de Julia Bochner por ofício.

Assim, procedeu-se à eleição da presidência interina do FSNUC. Não havendo objeções, Julia Bochner foi eleita por unanimidade e passou a representar a presidência interina do FSNUC.



Neste sentido, foi disposto a **Deliberação 02**, na qual a plenária aprovou por unanimidade a candidatura à presidência interina do FSNUC de Julia Bochner, representante do Estado do Rio de Janeiro(INEA/RJ).

6. Apresentação e Deliberação sobre o Regimento Interno do FSNUC

O Diretor do DAP/MMA, Pedro da Cunha e Menezes, e Julia Bochner do INEA/RJ, relataram que, no último Encontro do Fórum ocorrido em setembro/2023 no município de Niterói/RJ foi encaminhado o estabelecimento de 07 (sete) Grupos de Trabalho. Contudo, tendo em vista as limitações de tempo e equipe foi necessário priorizar em um primeiro momento 03 (três) GTs, quais sejam: Governança, Capacitação e Sustentabilidade financeira. Sublinhou-se que os OEMAs têm papel preponderante na implementação de Unidades de Conservação e para que o SNUC constitua efetivamente um Sistema e não um conjunto, é preciso que todos se envolvam. Foi destacado ainda que o FSNUC é um colegiado e que a função de troca de experiências é muito positiva, mas ele deve ir além e trazer discussões e proposições que subsidiem a construção e aprimoramento de políticas públicas voltadas à implementação das UCs.

Quanto ao GT Governança, enfatizou-se que tinha como objetivo a institucionalização do FSNUC, o que ocorreu por meio da publicação de Portaria Ministerial no último dia 22 de maio, dia nacional da biodiversidade. Foi informado que no âmbito deste GT foram realizadas 04 reuniões que resultaram na minuta de Portaria e na minuta de Regimento Interno, as quais foram compartilhadas com os membros dos GTs que compõem a comunidade de *WhatsApp*.

Na sequência, Julia Bochner do INEA/RJ apresentou os pontos de destaque da Portaria publicada e da minuta de Regimento Interno, destacando as atribuições, composição e estrutura, criação e funcionamento de GTs, competências da Presidência, Secretaria Executiva do FSNUC e membros, e funcionamento do FSNUC). Salientou ainda a necessidade de que se fomente uma visão efetivamente sistêmica do SNUC. Posteriormente, solicitou manifestação da plenária quanto à necessidade de alguma observação, dúvida ou complementação e submeteu a votação. Não havendo manifestações, a minuta de Regimento Interno do FSNUC foi aprovada por unanimidade.

Neste sentido, foi disposto a **Deliberação 03**, na qual a plenária aprovou por unanimidade a minuta de Regimento Interno apresentada pela Presidente Interina do FSNUC.

7. Apresentação dos Resultados Preliminares dos Grupos de Trabalho (GTs) do FSNUC



7.1 GT Capacitação

O Diretor do DAP/MMA, Pedro da Cunha e Menezes, iniciou a apresentação a partir de provocações sobre questões que pairam a respeito da implementação do SNUC (p.ex. as diferenças de compreensão sobre o SNUC e sobre a gestão de uma UC; a realidade de que UCs de uma mesma categoria sejam geridas de formas muito distintas; a existência de gestores sem perfil técnico ou que não tenham a possibilidade de ter uma formação mínima sobre a gestão de uma UC; caso se opte por elaborar uma proposta de formação mínima, *“qual seria (estrutura, currículo, formato)? Quem proveria? Com que periodicidade deveria? Seria obrigatório? Se sim a partir de qual momento se tornaria?”*). Destacou que perguntas como essas estão na base das discussões do GT, que está sendo secretariado pelo Instituto Ipê. Informou que foram inicialmente pensadas 10 reuniões de 1h30 cada e que o foco atual está no diálogo para responder às seguintes questões: *“Para que queremos a capacitação? Deve ser permanente ou temporária? Quem pode ministrar? Será possível credenciar cursos, instituições com matérias já existentes? Como financiar? Qual instrumento legal para que a capacitação seja instituída?”*. Comunicou que houve a adesão 22 estados, ICMBio, CRPPN e JBRJ e foram realizadas 05 reuniões, que contaram com apresentações do ICMBio, INEA, além de exemplos internacionais. Explicitou que o IPÊ atualmente está consolidando as discussões e os trabalhos devem ser retomados em junho, com a proposição de uma grade curricular mínima. Por fim, conclamou todos os Estados a participar para ter resultados com os quais estejam de acordo, destacando no final que pode constituir também referência para os municípios.

Na sequência, abriu-se a palavra para a plenária e foram realizados comentários de representantes do ICMBio, MT e MG, que abordam temas diversos relacionados ao preenchimento do SAMGe e condicionamento para recebimento de recursos por parte do Ministério; dificuldades de municípios executarem recursos de compensação por falta de capacidade; e de Unidades de Conservação municipais criadas apenas “no papel”, para recebimento de ICMS ecológico.

Foram destacados ainda os desafios de diálogo do nível federal com os municípios e que o MMA conta com os Estados para essa capilarização, sendo preciso melhorar os indicadores de comunicação e articulação com as demais esferas.

Pedro Menezes finalizou informando que a próxima reunião do GT seria no dia 25/06, virtual, às 10h.

7.2 GT Sustentabilidade Financeira

Julia Zapata, coordenadora geral do DAP, fez uma breve introdução destacando que a sustentabilidade financeira perpassa muitos assuntos como projetos, compensação ambiental, discussão sobre ICMS ecológico, regulamentação da nova lei de tributação, etc. e



passou a palavra a Hilton, representante do estado do Rio Grande do Norte e coordenador do GT de Sustentabilidade Financeira.

Hilton relatou que o RN está começando a executar recursos substanciais de compensação e, por isso, tem a expectativa de muitas trocas e aprendizados. Relatou que o GT teve 3 (três) reuniões, a primeira para alinhamentos, a segunda sobre a experiência do estado do RJ e a terceira sobre a experiência de SP. Destacou ainda os estados do PR e MG, que são Estados mais avançados e que já contam com normativas e ferramentas. Por outro lado, enfatizou que ainda existem Estados que estão com dificuldade de execução dos recursos de compensação ambiental e que é importante que os mesmos se apropriem de instrumentos financeiros para tornar UCs mais efetivas. No caso do RN, relatou que tem se aproximado da PGE para discutir os recursos para compensação, mas ainda permeiam diversas dúvidas jurídicas. Citou como exemplo: “há recurso para MONA para desapropriação, a OEMA tem interesse, mas como fazer se o SNUC não obriga?” salientando que são questões que precisam ser amadurecidas. Desta forma, enfatizou que é importante que outros estados compartilhem suas questões e experiências, pois todos podem aprender com as trocas e, com isso, aumentar a efetividade de UCs. Por fim, fez coro para que os que ainda não estão no GT enviem seus representantes.

Na sequência, Julia Bochner do INEA/RJ, destacou que, além das compensações, é preciso discutir outras modalidades de disponibilização de recursos para as UCs e outros instrumentos econômicos, como concessões, PPPs, autorizações, etc. Destacou que no Rio de Janeiro está sendo contratada uma consultoria para desenhar a modelagem de um programa estadual de apoio e patrocínio visando a captação de recursos privados para as UCs. Salientou ainda que já foram captados R\$ 17 milhões através de uma parceria com uma empresa privada, o que permite considerar um caso de sucesso, ou seja, de que é preciso ampliar a discussão para outras possibilidades, além dos recursos de compensação ambiental. Em seguida, Julia Bochner, fez uma apresentação da experiência do estado do Rio de Janeiro em relação à execução dos recursos de compensação ambiental por meio do Fundo Mata Atlântica – FMA/RJ, fundo instituído em 2009 com o propósito de executar recursos de compensação, sendo pioneiro no país. Na apresentação destacou o histórico de criação do FMA, sua estrutura, as formas de funcionamento e operacionalização, etc. (a apresentação segue em anexo ao presente documento).

Após a apresentação foi aberta a palavra à plenária onde foram realizadas ponderações por parte do Rio de Janeiro, ICMBio, Goiás, Paraná, Distrito Federal e Pará, que destacaram questões relacionadas aos artigos 47 e 48 da Lei nº 9985/2000; à falta de articulação e visão estratégica das UCs entre as esferas; à pouca disponibilidade de equipe técnica para a elaboração de projetos, planos de trabalho e processos seletivos de empresas; a diferenças de interpretação quanto ao ICMS Ecológico, artigos 47 e 48 e formas de destinação de recursos; à necessidade de fortalecer outros mecanismos além da compensação ambiental e de adotar regulamentações para garantir mais segurança jurídica aos processos; e à pertinência de que o FSNUC compartilhe orientações que permitam aos órgãos estaduais ambientais (OEMAs) melhor conduzir os processos junto às procuradorias-gerais dos estados (PGEs).



Nas devolutivas, foi destacado que uma consultoria está sendo contratada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), via Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), para a regulamentação dos artigos 47 e 48, e que quem pode submeter orientações ao plenário é o grupo de trabalho (GT) de sustentabilidade. Por essa razão, destacou-se a importância que os Estados participem e se engajem. Por fim, salientou-se que o papel do MMA é secretariar, e não executar as ações e que, portanto, todos devem trabalhar juntos.

7.3 GT de Criação de UCs

Bernardo Issa, coordenador geral do DAP, fez a introdução informando sobre uma oficina sobre priorização da criação de UCs federais realizada no início do ano, na qual um representante por bioma foi convidado pelo ICMBio para participar. Informou que o objetivo foi capturar o que está sendo proposto em cada Estado, buscando complementar os esforços federais e estaduais. Informou que o DAP/MMA repassaria uma ficha cadastral para complementar o levantamento já realizado. Em seguida, passou a palavra a Aldízio Oliveira, coordenador da COCUC do ICMBio, que realizou uma apresentação, detalhando os resultados da referida oficina

Aldízio relatou que, no início do ano, foi realizada a oficina para priorização de 219 propostas, com a participação de pesquisadores, representantes de OEMAs, de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros (mais de 200 pessoas), para discutir e encaminhar de forma mais célere os processos. Informou que foram discutidos critérios de priorização e apresentação de propostas, sendo que das 219 propostas, 95 foram consideradas prioritárias para 24 a 26 estados. Na sequência, apresentou brevemente as propostas por bioma e destacou que o ICMBio gostaria de discutir essas propostas com os Estados, pois algumas poderiam ter conectividade, outras poderiam ter sobreposição, etc. Finalizou sua fala destacando que a importância de uma atuação conjunta com o DAP e o FSNUC para obter uma visão mais integrada e complementar do SNUC.

Na sequência, Rita Mesquita, Secretária da SBio/MMA, destacou que aquele era um grupo com informações valiosas e que era importante saber quais dessas áreas já estavam identificadas nos Estados como prioritárias, uma vez que não havia interesse em sobrepor competências. Destacou ainda que o que determina a viabilidade da criação é, sobretudo, a dominialidade da terra, assim, faz-se necessário identificar sobreposições e complementariedades e que em muitos casos, a fronteira era uma linha seca e os polígonos, mais ou menos identificados. Por fim, salientou a necessidade de pensar no desenho de conservação, quais áreas não estavam na lista, quais áreas os Estados estavam trabalhando, para promover a integração de esforços. E finalizou destacando que a criação também remetia a oportunidades e determinações judiciais, e muitos fatores precisavam ser considerados.

Aberta a palavra para a plenária, surgiram dúvidas sobre algumas propostas e contribuições de Estados como Minas Gerais, que destacou os desafios de não haver um ambiente político



favorável e a importância de dialogar com o Estado, pois teria uma melhor visão em termos de oportunidades e conveniência político-institucional, evitando conflitos.

Por fim, Pedro Menezes e Bernardo Issa sublinharam a necessidade de imprimir inteligência e articulação nos processos. Destacaram que quando houvesse sobreposições, era preciso avaliar as condições e, eventualmente, compartilhar os estudos, pois isso otimiza tempo, recursos humanos e financeiros. Salientou-se ainda que por vezes, os interesses estavam concentrados em um mesmo local sem que houvesse comunicação e integração de esforços e que a ideia do grupo de trabalho era construir um banco de propostas em curso, considerando o teor e o status dos processos, inclusive no nível municipal. No final, realçou-se a importância de se engajar os municípios sempre que possível, a fim de elaborar um mapa nacional de propostas de criação, desenhando e considerando melhor as complementariedades, formação de corredores, conectividade, etc.

8. Compartilhamento de experiência estadual: construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (IDEFLOR-Bio/PA)

Na sequência, passou-se à apresentação de Maria Bentes do estado do Pará sobre a construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (em anexo). Maria destacou a base legal, princípios, diretrizes e objetivos da política para além do SNUC. Destacou como inovações a possibilidade de promover a destinação adequada de recursos financeiros, garantir autonomia e sustentabilidade financeira das UCs. Sublinhou, igualmente, a participação de municípios e órgãos de apoio direto, nas suas respectivas competências.

Destacou também que as categorias de UCs de Proteção Integral são as mesmas do SNUC, contudo, inovaram por meio da criação de 3 (três) categorias de uso sustentável (Reserva Estadual de Pesca, Rio de Proteção Ambiental e Bosque Municipal), relacionadas às peculiaridades e aptidões das áreas, e visando atender melhor o que a região vivencia, aprofundando o senso de pertencimento.

Na sequência da apresentação, Pedro Menezes parabenizou a iniciativa do Pará em construir um sistema. Observou que, embora o SNUC preveja a criação de categorias por parte dos estados e municípios, a normativa vigente impede o reconhecimento, como Unidades de Conservação no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), de categorias que não encontrem correspondência nas categorias do SNUC. Salientou que essa restrição impede a destinação de recursos de compensação ambiental e o reporte ao *World Database on Protected Areas* (WDPA).

Finalizou informando que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) está avaliando a possibilidade de estabelecer uma correspondência entre as 12 categorias do SNUC e as 6 categorias da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e que uma consulta à



Consultoria Jurídica do MMA sobre essa compatibilização foi realizada, e há um otimismo quanto à possibilidade, mas sem garantias.

Por fim, destacou que diante desse cenário, é fundamental que os estados, como o Pará, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, que possuem categorias próprias, considerem essa limitação ao criarem suas Unidades de Conservação e Sistemas, a fim de evitar problemas com o cadastramento no CNUC. Essa questão tende a se agravar e deve ser discutida em conjunto para se encontrar uma solução.

As atividades do dia foram encerradas na sequência.

Dia 07 de junho - manhã

No dia 07 de junho, o mediador Leonel iniciou o fórum apresentando a pauta do dia e reforçando o cuidado com o horário para o cumprimento de todas as atividades. Em seguida, chamou o Diretor do DAP/MMA, Pedro da Cunha e Menezes, para apresentar as discussões relacionadas à Estratégia Nacional de Ecoturismo conjugada com a política nacional das Trilhas de Longo Curso.

9. Estratégia Nacional de Ecoturismo conjugada com a Política Nacional das Trilhas de Longo Curso

O diretor Pedro Menezes abordou a recomendação relativa à elaboração de uma Estratégia Nacional de Ecoturismo por parte do TCU, destacando a necessidade de envolvimento de Estados, municípios, União, e justificou que por isso a discussão estava sendo trazida para este foro. Na sequência, passou à palavra ao Secretário Milton Zuanazzi, do Ministério do Turismo.

9.1 Contextualização (Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

Milton Zuanazzi, Secretário do MTur, enfatizou a importância das 345 Instâncias de Governanças Regionais de Turismo do Brasil (IGRs), cujo trabalho se iniciou há mais de 20 anos, visando fomentar, desenvolver e promover os produtos e destinos turísticos. Destacou que, após a pandemia, a demanda por ecoturismo e cicloturismo havia explodido e que o potencial natural se tornou um atrativo muito importante, estimulando as IGRs a desenvolverem produtos. Salientou que o perfil do ecoturista é preservacionista, um público já educado ou passível de ser educado para respeitar o equipamento baseado na natureza,



pois a educação se baseia na vivência (e poderia ser um grande parceiro além de gerar renda e emprego para representantes comunitários locais). Ressaltou que a juventude e populações mais vulneráveis do campo também poderiam se beneficiar muito das possibilidades turísticas e que o fomento ao ecoturismo constitui um ciclo virtuoso. Citou a Costa Rica como exemplo de proposta de bioeconomia e prática de divulgação de destinos e produtos, considerando o imaginário do turista e a construção de “histórias”, que envolviam uma estratégia bem-sucedida de integração de diferentes setores da economia. Destacou ainda o papel dos órgãos gestores, que administram os equipamentos naturais, e a atração que, por exemplo, os patrimônios naturais tombados pela UNESCO geram para turistas internacionais.

Na sequência, Pedro Menezes destacou o teor da recomendação do TCU, que alertava para os riscos à conservação da biodiversidade e para os potenciais desperdícios econômicos e sociais associados ao patrimônio natural. Enfatizou a lacuna de uma política de turismo em ambientes naturais no Brasil, em função da inexistência de um delineamento estratégico e da necessidade de promover o uso público das Unidades de Conservação (UCs) de forma sustentável, considerando a transversalidade e territorialidade do turismo e dos diferentes atores envolvidos. Ressaltou a importância do envolvimento das diferentes esferas governamentais e que a política deveria ser nacional e não apenas federal, sendo o SNUC o espaço ideal para essa discussão. O MTur havia recebido a mesma recomendação, tornando o tema um assunto a ser discutido por ambos os ministérios.

Ponderou que a gestão das UCs estava sendo fragmentada e que o turismo, por lidar com "destinos", exigia um olhar mais sistêmico sobre essas áreas. Destacou ainda que além disso, uma das ferramentas mais poderosas para sensibilizar a sociedade e os representantes políticos/Congresso era a visitação e a recreação. Desta forma, reforçou a importância de começar a operar o SNUC como foi planejado e abrir as UCs para o público. Informou que havia sido proposta a criação de um Grupo de Trabalho com o MTur, com câmaras técnicas para tratar de diversos temas, como i) turismo de base comunitária, concessões; ii) “destino” ao invés de UCs; iii) infraestrutura considerando inteligência comercial, para aparelhar as UCs em função do interesse dos turistas; iv) capacitação; v) governança; e vi) conectividade.

Registrou ainda o lançamento de um Edital para a governança da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, que refletia uma estratégia nacional e que essa iniciativa poderia contribuir para a discussão da Estratégia Nacional de Ecoturismo.

Também destacou a importância das Instâncias de Governança Regional (IGRs) como estrutura fundamental para conectar diversas Unidades, criando destinos turísticos coesos e atraentes, e passou a palavra a Sara Moraes e Carla Guaitanele para aprofundar o tema.

9.2 Apresentação da iniciativa “Caminhos do Iguaçu” (ADETUR Cataratas e Caminhos)

Sara Moraes, coordenadora técnica e gestora de projetos da ADETUR Cataratas e Caminhos apresentou a iniciativa "Caminhos do Iguaçu", que visa interligar o Parque Nacional de Ilha



Grande ao Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo 19 municípios da região de Foz do Iguaçu. Destacou que o objetivo é criar uma rede de trilhas regional que fortaleça o turismo, promova o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental.

Sara destacou ainda o encantamento com a metodologia da Rede Brasileira de Trilhas, que envolve as comunidades locais na criação e manutenção das trilhas. Salientou que o projeto "Caminhos do Iguaçu" inclui diversas rotas temáticas, como a Rota Coluna Prestes, Rota Caminhos de Peabiru, Rota da Fé e Rota dos Pioneiros, além de trilhas aquáticas e terrestres que conectam pontos estratégicos e oferecem infraestrutura de apoio para os turistas.

Explicou que a Rota Aquática, por exemplo, parte de Guaíra e pretende chegar à Foz do Iguaçu, enquanto a Rota da Fé liga municípios com significativos monumentos religiosos. Realçou ainda que além de promover atividades ao ar livre como caiaque e ciclismo, o projeto integra experiências culturais e gastronômicas locais, valorizando os serviços, a história e a natureza da região e integrando os principais atrativos turísticos.

Sara enfatizou a importância do apoio comunitário e a participação ativa de voluntários, gestores públicos e grupos locais, fundamentais para o progresso do projeto. Mencionou as etapas do processo, incluindo levantamento de informações, oficinas, palestras e o apoio da Fundação Boticário, que contribuiu para a implantação de infraestrutura e a construção de um centro de educação ambiental.

Finalizou a apresentação destacando que o projeto já avançou significativamente no mapeamento, sinalização e preparação para receber turistas, com lançamento previsto para breve e . reiterou o compromisso de aliar conservação e desenvolvimento socioeconômico regional.

9.3 Apresentação do Programa de Turismo Sustentável em Unidades de Conservação Federais (ICMBio)

Carla Guitanele, coordenadora geral de uso público e negócios do ICMBio, iniciou sua fala mencionando a estratégia de criação de uma política integrada que se alinhava às discussões no ICMBio, especialmente em torno do Programa de Turismo Sustentável, que está em desenvolvimento.

Guitanele destacou que o turismo sustentável, baseado em conceitos da Organização Mundial do Turismo, busca não só melhorar a experiência do turista, mas também beneficiar os moradores locais, considerando seu bem-estar. Enfatizou que o programa é motivado pela necessidade de ampliar o acesso e qualificar a experiência dos visitantes nas unidades de conservação, impulsionando o desenvolvimento regional.

Mencionou que o Programa focaliza inicialmente as unidades de conservação federais, mas visa subsidiar uma Estratégia nacional, a partir de um olhar sistêmico. Carla mencionou os



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o potencial do Brasil como destino de ecoturismo. Sublinhou a importância de desenvolver o ecoturismo para impulsionar o potencial econômico das áreas de conservação.

Apresentou dados sobre a visitação de UCs desde 2017, destacando um aumento significativo, com um crescimento de 645% até 2023. Entretanto alertou para a concentração de visitantes em poucas unidades e a necessidade de diversificar atividades, infraestruturas e serviços para qualificar a experiência e atrair mais visitantes de diferentes perfis. Também apontou para a necessidade de melhoria dos serviços e da infraestrutura, mencionando concessões e parcerias como chaves para essa melhoria. Argumentou que o Programa deveria buscar fomentar e diversificar os perfis de negócios, ampliar o acesso, integrar estratégias de comunicação e marketing para aumentar a visibilidade das Unidades de Conservação federais.

Pontuou que a governança do Programa requer cooperação entre o ICMBio, o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e outros parceiros e sugeriu que, para que o programa funcione efetivamente, é necessário um esforço conjunto para desenvolver competências específicas e trabalhar de forma integrada.

Guaitanele concluiu mencionando a importância das parcerias, considerando diferentes linhas estratégicas tanto com instituições acadêmicas quanto com prestadores de serviços locais, e a necessidade de fomentar o turismo comunitário e integrar as comunidades de entorno. Igualmente sublinhou a importância de capacitações, trocas de experiências, desenvolvimento de estruturas mínimas de segurança e acesso universal. Finalizou destacando a importância da elaboração de linhas de crédito, o estabelecimento de parcerias e a elaboração de roteiros conjuntos com infraestrutura para alavancar o turismo regional, e instou o engajamento de todos os presentes para que o Programa de turismo sustentável pudesse ser implementado com sucesso, ressaltando a importância de uma abordagem colaborativa para alcançar os objetivos propostos.

10. Proposta de criação de Grupo de Trabalho

Após as apresentações deu-se sequência aos trabalhos relativos a proposta de criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para discutir uma proposta e definir temas prioritários a serem tratados no âmbito da estratégia nacional de ecoturismo.

Para tanto, o mediador conduziu os participantes a realizarem uma dinâmica de grupo.

10.1 Dinâmica de grupo



A dinâmica de grupo se deu dividindo os participantes em 07 grupos com 8 a 10 pessoas. O objetivo de cada grupo foi identificar ideias, entendimentos, conceitos e considerações acerca da seguinte pergunta norteadora:

“Com base nas políticas e estratégias de ecoturismo sustentável, quais temas prioritários deverão ser tratados em uma estratégia nacional de Ecoturismo?”

Cada grupo teve 20 minutos para um brainstorming, anotando suas ideias em uma cartolina, no final cada grupo teve 5 minutos para apresentar suas considerações.

10.2 Resultados dos grupos

Grupo 1

Participantes: Paraná (PR); Alagoas (AL); Rio Grande do Norte (RN); Rio Grande do Sul (RS); Distrito Federal (DF); Mato Grosso do Sul (MS); Goiás (GO); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O Grupo 1 focou na análise e desenvolvimento de um diagnóstico do uso público das Unidades de Conservação (UCs), garantindo segurança física e jurídica, promovendo a bioeconomia para o desenvolvimento local, e estabelecendo roteiros e divulgação integrados. A importância do reconhecimento por empresas turísticas também foi enfatizada.

Tópicos Principais:

1. Diagnóstico do Uso Público:

Amostragem:

- Realizar estudos para identificar o perfil dos visitantes, suas preferências e comportamentos nas UCs.
- Avaliação da capacidade de carga das UCs para diferentes atividades turísticas, assegurando a sustentabilidade das visitas.
- Análise dos impactos ambientais causados pelo turismo, buscando estratégias para mitigá-los.

2. Segurança:

Segurança Física:



- Implementação de medidas para garantir a segurança dos visitantes, como sinalização adequada, treinamento de guias e infraestrutura de emergência.
- Estabelecimento de parcerias com forças de segurança pública para o monitoramento e patrulhamento das UCs.
- Desenvolvimento de protocolos de segurança para diferentes tipos de atividades turísticas, como trilhas, escaladas e passeios de barco.

Segurança Jurídica:

- Garantir a conformidade com as legislações ambientais e de uso público, proporcionando segurança jurídica tanto para os gestores das UCs quanto para os operadores turísticos.
- Criação de um marco regulatório claro para as atividades econômicas nas UCs, promovendo a segurança jurídica e incentivando investimentos.
- Capacitação de gestores e operadores turísticos em questões legais, assegurando o cumprimento das normas e regulamentos.

3. Bioeconomia e Desenvolvimento Local:

- Promover atividades econômicas sustentáveis nas UCs, como a produção de bioprodutos e o turismo ecológico, gerando renda e emprego para as comunidades locais.
- Fomento à criação de cooperativas e associações comunitárias para a gestão de atividades econômicas, incentivando o empreendedorismo local.
- Incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que possam ser aplicadas na bioeconomia, como técnicas de cultivo agroecológico e produção de energias renováveis.

4. Roteiro Integrado:

- Desenvolvimento de roteiros turísticos que integrem diferentes UCs, promovendo a diversidade de experiências e atraindo um maior número de visitantes.
- Parcerias com agências de turismo para a criação de pacotes que incluam visitas a várias UCs, incentivando a exploração das diferentes regiões e paisagens naturais.
- Utilização de tecnologias de georreferenciamento para mapear e divulgar os roteiros turísticos, facilitando o planejamento das visitas.

5. Divulgação Integrada:

- Criação de uma estratégia de comunicação integrada para promover as UCs, utilizando diferentes mídias e canais de comunicação, como redes sociais, sites de turismo e eventos.
- Desenvolvimento de campanhas de marketing que valorizem as UCs e suas atividades turísticas, destacando suas belezas naturais e culturais.
- Parcerias com a mídia e influenciadores digitais para aumentar a visibilidade das UCs e atrair visitantes de diferentes perfis e regiões.

6. Reconhecimento por Empresas Turísticas:



- Estabelecer critérios para o reconhecimento e certificação de empresas turísticas que atuam de forma sustentável e respeitosa nas UCs.
- Incentivar a participação das empresas em programas de responsabilidade social e ambiental, promovendo boas práticas de turismo e conservação.
- Criação de um selo de qualidade para empresas turísticas que operam nas UCs, destacando seu compromisso com a sustentabilidade e a conservação.

Considerações Finais

As propostas do Grupo 1 destacam a importância de um diagnóstico detalhado do uso público das UCs e da implementação de medidas de segurança física e jurídica para garantir uma experiência turística segura e sustentável. A promoção da bioeconomia e a criação de roteiros turísticos integrados são essenciais para o desenvolvimento econômico local. A divulgação integrada e o reconhecimento de empresas turísticas comprometidas com a sustentabilidade são fundamentais para atrair visitantes e fomentar o turismo responsável nas UCs.

Conclusão

O Grupo 1 apresentou uma visão estratégica para a gestão das Unidades de Conservação, enfatizando a importância de um diagnóstico preciso, segurança, bioeconomia, roteiros integrados e uma divulgação eficiente. As propostas visam não apenas a preservação ambiental, mas também o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, garantindo que as UCs se tornem polos de atração turística e motores de desenvolvimento econômico e social.



Grupo 2

Participantes: Paraná (PR); Maranhão (MA), Goiás (GO), Amapá (AP), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Espírito Santo (ES), Rio Grande do Norte (RN), Distrito Federal (DF) e Tocantins (TO).

O Grupo 2 focalizou a importância das parcerias, infraestrutura, conectividade digital e integração com comunidades para a promoção do turismo sustentável nas Unidades de Conservação (UCs). Os temas abordados incluem desde parcerias estratégicas até o ordenamento e conscientização das atividades turísticas.

Tópicos Principais

1. Parcerias para Capacitação:

Autorização:

- Estabelecimento de critérios claros para a autorização de atividades turísticas e econômicas nas UCs.



- Facilitação dos processos de autorização para empreendedores e comunidades locais, garantindo a conformidade com as normas ambientais.

Permissões:

- Simplificação dos processos de obtenção de permissões para atividades turísticas, visando reduzir a burocracia e estimular o desenvolvimento local.
- Implementação de programas de capacitação para os envolvidos no processo de concessão de permissões.

Adoção:

- Promoção de programas de adoção de áreas de UCs por empresas e organizações, visando à manutenção e conservação desses espaços.
- Incentivo à participação da sociedade civil na adoção de áreas para a realização de atividades de conservação e educação ambiental.

Concessão:

- Desenvolvimento de modelos de concessão que garantam a sustentabilidade econômica e a preservação ambiental.
- Capacitação de gestores e comunidades para a gestão eficiente das concessões, promovendo a geração de renda e emprego local.

2. Infraestrutura para o Turismo:

- Investimento em infraestrutura adequada para suportar o turismo nas UCs, como trilhas, centros de visitantes e áreas de descanso.
- Desenvolvimento de projetos que garantam a acessibilidade e a inclusão de todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência.
- Parcerias com o setor privado para a construção e manutenção de infraestrutura sustentável, como sistemas de energia renovável e saneamento básico.

3. Conectividade:

- Melhoria da conectividade digital nas UCs para facilitar a comunicação e a divulgação de informações turísticas.
- Parcerias com empresas de telecomunicações para ampliar a cobertura de internet e telefonia nas áreas de UCs.
- Desenvolvimento de plataformas digitais que integrem informações sobre as UCs, facilitando o planejamento e a reserva de visitas.

4. Integração com Bases Comunitárias:

Ecoturismo e Etnoturismo:

- Incentivo ao ecoturismo e etnoturismo como formas de promover o desenvolvimento sustentável e a valorização das culturas locais.



- Capacitação de comunidades para atuar como guias turísticos, oferecendo experiências autênticas e enriquecedoras para os visitantes.
- Promoção de parcerias entre comunidades e agências de turismo para o desenvolvimento de pacotes turísticos que incluam atividades culturais e naturais.

5. Ordenamento e Conscientização:

Conscientização:

- Desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a importância da preservação das UCs e do turismo sustentável.
- Criação de programas educativos voltados para visitantes e comunidades locais, destacando práticas de turismo responsável.

Divulgação:

- Utilização de diversas plataformas de comunicação para divulgar as UCs e suas atividades turísticas, como redes sociais, sites de turismo e eventos.
- Parcerias com a mídia para promover a visibilidade das UCs e suas iniciativas de conservação e turismo sustentável.

Pertencimento:

- Fomento ao sentimento de pertencimento das comunidades locais em relação às UCs, incentivando a participação ativa na gestão e preservação desses espaços.
- Desenvolvimento de projetos que integrem as comunidades locais nas atividades de conservação e turismo, promovendo a valorização e a proteção dos recursos naturais e culturais.

6. Rede de Trilhas (Integração):

- Criação de uma rede integrada de trilhas que conectam diferentes UCs e regiões, promovendo o turismo sustentável e a valorização das paisagens naturais.
- Desenvolvimento de trilhas com diferentes níveis de dificuldade, oferecendo opções para diversos perfis de visitantes, desde iniciantes até aventureiros experientes.
- Parcerias com entidades de turismo e esportes para a manutenção e promoção das trilhas, garantindo a segurança e a conservação dos percursos.

Considerações Finais

As propostas do Grupo 2 enfatizam a importância das parcerias e da integração com as comunidades locais para promover um turismo sustentável nas Unidades de Conservação. O desenvolvimento de infraestrutura adequada, a melhoria da conectividade digital e a criação de uma rede de trilhas são fundamentais para garantir a acessibilidade e a valorização dos recursos naturais e culturais das UCs. A conscientização e o ordenamento das atividades turísticas são essenciais para assegurar a sustentabilidade e a preservação desses espaços.

Conclusão



O Grupo 2 apresentou uma visão detalhada e estratégica para o fortalecimento das Unidades de Conservação, destacando a importância de parcerias, infraestrutura e integração comunitária. As propostas de ação visam promover um turismo sustentável, que valorize as culturas locais e os recursos naturais, garantindo a conservação e o desenvolvimento econômico das regiões envolvidas.



Grupo 3

Participantes: MMA, Paraná (PR), Pernambuco (PE) e outros não registrados pela relatoria.

O Grupo 3 abordou questões relacionadas a necessidade de firmar parcerias e facilitar o acesso à créditos para desenvolvimento de atividades sustentáveis, a integração entre setores ambientais e de turismo, melhoria de infraestrutura, capacitação e comunicação.

Tópicos Principais

1. Linha de Microcrédito:



- Implementação de linhas de microcrédito voltadas para apoiar pequenos empreendedores que atuam nas proximidades das UCs.
- Facilitação do acesso ao crédito para atividades sustentáveis, como ecoturismo, produção de artesanato e agricultura orgânica.
- Criação de parcerias com instituições financeiras para oferecer condições diferenciadas e acesso simplificado ao crédito.
- Capacitação dos beneficiários em gestão financeira e desenvolvimento de negócios sustentáveis.

2. Governança Ambiental e de Turismo:

- Estabelecimento de uma governança integrada entre os setores ambiental e de turismo para garantir a sustentabilidade das atividades turísticas nas UCs.
- Criação de conselhos gestores que incluam representantes de comunidades locais, ONGs, setor privado e órgãos governamentais.
- Desenvolvimento de políticas públicas que alinhem a conservação ambiental com o desenvolvimento turístico, garantindo a proteção dos ecossistemas e a geração de renda para as comunidades locais.
- Incentivo ao turismo de base comunitária e ao ecoturismo, promovendo a valorização dos recursos naturais e culturais das regiões.

3. Conectividade e Logística de Acesso:

- Melhoria da infraestrutura de acesso às UCs para facilitar a chegada de turistas e reduzir os impactos ambientais.
- Desenvolvimento de projetos de infraestrutura que respeitem o meio ambiente, como trilhas ecológicas e sistemas de transporte sustentável.
- Parcerias com empresas de transporte para melhorar a conectividade entre as UCs e os principais centros urbanos.
- Promoção de uma logística de acesso eficiente que favoreça a visitação controlada e sustentável das UCs.

4. Olhar Regional e Local para um Olhar Nacional:

- Promoção de uma abordagem integrada que considere as particularidades regionais e locais na formulação de políticas nacionais para as UCs.
- Incentivo à criação de redes de colaboração entre diferentes regiões para compartilhar boas práticas e experiências na gestão de UCs.
- Desenvolvimento de estratégias que valorizem as especificidades culturais e naturais de cada região, promovendo um turismo diversificado e sustentável.
- Fomento à participação ativa das comunidades locais na gestão das UCs, garantindo que suas necessidades e conhecimentos sejam considerados nas decisões.

5. Qualificação de Agentes para Promoção e Divulgação:



- Capacitação de agentes locais para a promoção e divulgação das UCs, utilizando plataformas digitais e tradicionais.
- Aproveitamento de plataformas já existentes, como redes sociais e sites de turismo, para aumentar a visibilidade das UCs e atrair visitantes.
- Desenvolvimento de campanhas de marketing que destacam a importância da conservação e os atrativos das UCs, incentivando um turismo consciente e responsável.
- Formação de parcerias com influenciadores digitais, jornalistas e agências de turismo para ampliar o alcance das ações de divulgação.

Considerações Finais

As propostas do Grupo 3 destacam a importância de integrar a governança ambiental e turística para promover a sustentabilidade das Unidades de Conservação. A melhoria da conectividade física, infraestrutura e a promoção de uma visão integrada que considere as particularidades regionais são fundamentais para garantir o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais. A qualificação de agentes locais para a promoção das UCs é crucial para aumentar a visibilidade e atrair visitantes de forma responsável.

Conclusão

O Grupo 3 apresentou uma visão abrangente e integrada para o fortalecimento das Unidades de Conservação, enfatizando a necessidade de políticas que aliem conservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável. As propostas de ação destacam a importância da inclusão social, da capacitação e da promoção de um turismo consciente que valorize os recursos naturais e culturais das regiões.



Grupo 4

Participantes: Paraíba (PB)/ ANAMMA, Rio de Janeiro (RJ), CNRPPNs, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Paraná (PR), Distrito Federal (DF).

O Grupo 4 abordou questões importantes relacionadas à comunicação, inclusão, estruturação e capacitação em Unidades de Conservação (UCs), destacando a necessidade de uma abordagem integrada e diversificada para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental.

Tópicos Principais

1. Alinhar Conceitos:

- Necessidade de uniformizar e alinhar os conceitos relacionados à gestão de UCs para garantir uma compreensão comum e coesa entre todos os atores envolvidos.
- Criação de um glossário ou manual de terminologia para padronizar a linguagem e os conceitos utilizados nas UCs.



- Incentivo a debates e workshops para discutir e definir claramente os conceitos e práticas de conservação.

2. Comunicação Acessível (Linguagem Universalizada):

- Desenvolvimento de estratégias de comunicação que utilizem uma linguagem simples e acessível para todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência.
- Criação de materiais informativos e educativos que sejam inclusivos e compreensíveis para a população em geral.
- Utilização de ferramentas de comunicação visual e sensorial para facilitar a compreensão das informações sobre as UCs.

3. Inclusão e Acessibilidade:

- Promoção da inclusão social e da acessibilidade em todas as atividades e infraestruturas das UCs.
- Adaptação de trilhas, centros de visitantes e outras instalações para garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e outras deficiências.
- Criação de programas e atividades que integrem comunidades tradicionais e grupos minoritários, valorizando sua participação e conhecimento.

4. Estruturação:

- Investimento na melhoria da infraestrutura das UCs para garantir segurança, conforto e acessibilidade aos visitantes.
- Desenvolvimento de projetos de infraestrutura que respeitem o meio ambiente e sejam sustentáveis a longo prazo.
- Implementação de sistemas de gestão que garantam a manutenção e a conservação das instalações e dos recursos naturais.

5. Capacitação/Qualificação:

- Implementação de programas de capacitação e qualificação para gestores, técnicos e comunidades locais.
- Desenvolvimento de cursos e treinamentos voltados para a gestão sustentável, interpretação ambiental e turismo ecológico.
- Incentivo à formação contínua e ao aprimoramento profissional dos envolvidos na gestão das UCs.

6. Interpretação Ambiental:

- Criação de programas de interpretação ambiental que promovam a educação e a sensibilização dos visitantes sobre a importância da conservação.
- Desenvolvimento de atividades educativas e lúdicas que envolvam a comunidade e os visitantes na preservação do meio ambiente.



- Utilização de recursos tecnológicos e interativos para tornar a interpretação ambiental mais atrativa e eficaz.

7. Fomento e Incentivo:

- Criação de políticas e programas de incentivo para promover a conservação e o uso sustentável das UCs.
- Estabelecimento de parcerias com empresas, ONGs e outras instituições para financiar projetos de conservação e desenvolvimento sustentável.
- Desenvolvimento de mecanismos de financiamento que garantam a sustentabilidade econômica das UCs e de suas atividades.

8. Integração SISNAMA/SISTUR:

- Integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Sistema Nacional de Turismo (SISTUR) para promover o turismo sustentável nas UCs.
- Desenvolvimento de estratégias conjuntas que alinhem as políticas de conservação com o desenvolvimento turístico.
- Criação de grupos de trabalho intersetoriais para facilitar a comunicação e a cooperação entre os órgãos ambientais e de turismo.

9. Diversificação de Oportunidades:

- Promoção da diversificação de atividades e oportunidades econômicas nas UCs para beneficiar as comunidades locais e garantir a sustentabilidade.
- Incentivo a atividades como turismo de aventura, ecoturismo, produção de artesanato e serviços ecológicos.
- Desenvolvimento de programas de apoio ao empreendedorismo local, promovendo a criação de negócios sustentáveis e inovadores.

Considerações Finais

O Grupo 4 enfatizou a necessidade de uma abordagem integrada que envolva a inclusão social, a acessibilidade e a capacitação como pilares fundamentais para a gestão eficaz das UCs. A integração entre os sistemas de meio ambiente e turismo, bem como a diversificação de oportunidades que são essenciais para promover um desenvolvimento sustentável que beneficie tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais.

Conclusão

As propostas do Grupo 4 refletem a importância de uma gestão integrada e inclusiva das Unidades de Conservação, que promova a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A comunicação acessível, a inclusão e a capacitação são fundamentais para garantir que todos os envolvidos tenham a oportunidade de contribuir para a preservação e o



uso sustentável dos recursos naturais, criando um ambiente mais justo e sustentável para todos.



Grupo 5:

Participantes: Piauí (PI), Acre (AC), Paraná (PR), Distrito Federal (DF), Roraima (RR), Amazonas (AM), Bahia (BA), e Ceará (CE).

O Grupo 5 focalizou diversos aspectos que englobam a bioeconomia, turismo sustentável, segurança e logística em Unidades de Conservação (UCs).

Tópicos Principais

1. Bioeconomia:



- Foco em aproveitar os recursos naturais de maneira sustentável, promovendo a economia local e preservando o meio ambiente.
- Desenvolvimento de cadeias produtivas que valorizem a biodiversidade e gerem renda para as comunidades locais.
- Incentivo a produtos e serviços que utilizem recursos naturais de forma sustentável, como cosméticos, alimentos orgânicos e medicamentos fitoterápicos.

2. Parceria para Qualificação:

- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e organizações não-governamentais para capacitação de gestores e comunidades.
- Programas de formação em gestão ambiental, turismo sustentável e empreendedorismo para fortalecer a economia local.
- Criação de cursos e treinamentos voltados para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

3. Turismo de Base Comunitária:

- Promoção de atividades turísticas que envolvem a participação e o benefício direto das comunidades locais.
- Desenvolvimento de roteiros turísticos que valorizem a cultura e a natureza locais, oferecendo experiências autênticas aos visitantes.
- Fomento a práticas turísticas que respeitem e preservem o meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade das UCs.

4. Etnoturismo:

- Valorização das culturas indígenas e tradicionais através do turismo, promovendo o intercâmbio cultural e a preservação das tradições.
- Desenvolvimento de experiências turísticas que permitam o aprendizado e a imersão nas culturas locais, respeitando suas particularidades.
- Geração de renda para comunidades indígenas e tradicionais, incentivando a preservação de seus modos de vida e conhecimentos.

5. Identificação Geográfica:

- Criação de selos e certificações para produtos típicos de determinadas regiões, destacando sua origem e características únicas.
- Valorização de produtos locais no mercado nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento econômico regional.
- Proteção das identidades culturais e naturais associadas a produtos específicos, incentivando sua produção sustentável.

6. Segurança nas Fronteiras:



- Implementação de medidas de segurança para controlar o acesso e proteger as UCs localizadas em áreas de fronteira.
- Parcerias com órgãos de segurança e fiscalização para combater atividades ilegais como contrabando, tráfico de animais e desmatamento.
- Monitoramento contínuo das áreas de fronteira para prevenir e combater a entrada de ameaças externas às UCs.

7. Ordenamento Turístico/ Uso Público:

- Desenvolvimento de planos de manejo para regular o uso público e as atividades turísticas nas UCs, garantindo sua sustentabilidade.
- Definição de áreas de visitação e trilhas para minimizar o impacto ambiental e proteger os recursos naturais.
- Implementação de infraestrutura adequada para receber turistas, como sinalização, centros de visitantes e instalações sanitárias.

8. Birdwatching:

- Promoção da observação de aves como atividade turística sustentável, atraindo entusiastas e pesquisadores de todo o mundo.
- Desenvolvimento de guias e roteiros específicos para a observação de aves nas UCs, valorizando a avifauna local.
- Capacitação de guias locais e comunidades para atuar na recepção de observadores de aves, promovendo a geração de renda.

9. Transporte e Logística:

- Melhoria da infraestrutura de transporte para facilitar o acesso às UCs e o escoamento de produtos locais.
- Desenvolvimento de soluções logísticas que minimizem o impacto ambiental e sejam eficientes para a distribuição de produtos da bioeconomia.
- Incentivo ao uso de transportes sustentáveis e à criação de redes de transporte integradas que atendam às necessidades das UCs.

10. Sistema de Informação:

- Criação de sistemas integrados de informação para gerenciar dados sobre biodiversidade, turismo e uso sustentável das UCs.
- Desenvolvimento de plataformas digitais que facilitem o acesso à informação e promovam a transparência na gestão das UCs.
- Utilização de tecnologias de geoprocessamento e monitoramento remoto para a gestão eficiente e a proteção das UCs.

Considerações Finais



O Grupo 5 enfatizou a importância de integrar a bioeconomia e o turismo sustentável como estratégias centrais para a conservação das UCs e o desenvolvimento econômico das comunidades locais. A implementação de parcerias para qualificação, o foco na segurança e a melhoria da logística e do transporte são essenciais para promover um uso sustentável e eficaz dos recursos naturais. As iniciativas discutidas pelo Grupo 5 demonstram o potencial das UCs para gerar benefícios econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade e garantem a sustentabilidade a longo prazo.

Conclusão

As propostas do Grupo 5 refletem a necessidade de um planejamento integrado que combine desenvolvimento econômico, preservação ambiental e valorização cultural. O turismo de base comunitária, o etnoturismo e a bioeconomia são pilares fundamentais para a criação de um modelo sustentável de gestão das Unidades de Conservação, que beneficie tanto o meio ambiente quanto as comunidades envolvidas.



Grupo 6:

Participantes: Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Rio de Janeiro (RJ), Mato Grosso (MT), e Pará (PA).



O Grupo 6 trouxe questões relacionadas à necessidade de melhoria de acesso às UCs, segurança e promoção de parcerias.

Tópicos Principais

1. Acesso às Unidades de Conservação (UCs):

- Avaliação e melhoria das vias de acesso às UCs para facilitar a visitação e a fiscalização.
- Inclusão de alternativas de transporte sustentável para minimizar o impacto ambiental.
- Criação de políticas que garantam o acesso inclusivo, respeitando as necessidades de diferentes públicos, como pessoas com mobilidade reduzida.

2. Segurança Pública:

- Implementação de medidas de segurança nas UCs para proteger tanto os visitantes quanto a fauna e a flora.
- Parcerias com órgãos de segurança pública para reforçar a fiscalização e o combate a atividades ilegais como a caça, o desmatamento e o tráfico de animais.
- Capacitação de equipes de segurança para lidar com emergências e conflitos, promovendo a segurança preventiva.

3. Alternativas em relação à Regularização Fundiária:

Segurança jurídica para o órgão:

- Desenvolvimento de mecanismos que garantam a legalidade e a segurança jurídica nas áreas de conservação, assegurando a permanência das UCs.
- Criação de marcos regulatórios que facilitem a regularização das terras e protejam os direitos de posse e propriedade dentro das UCs.

Viabilidade econômica ao proprietário:

- Propostas de compensações e incentivos econômicos para os proprietários de terras dentro ou próximas às UCs que colaborarem com a conservação.
- Promoção de programas que integrem os interesses dos proprietários de terras com os objetivos de conservação, incentivando o uso sustentável dos recursos naturais.

Considerações Finais

Foi destacada pelo Grupo 6 a necessidade de integração entre conservação e desenvolvimento, assegurando que as medidas de regularização fundiária e segurança pública estejam alinhadas com os objetivos de conservação, promovendo um desenvolvimento sustentável que beneficie tanto a biodiversidade quanto as comunidades locais. Estimular o diálogo entre os diversos atores envolvidos, incluindo governos, proprietários de terras, ONGs e comunidades locais, para garantir uma gestão participativa e



eficaz das UCs e incentivar parcerias entre órgãos governamentais, setor privado e sociedade civil para melhorar a gestão e a sustentabilidade das UCs foram outros aspectos sublinhados.

Conclusão

As discussões do Grupo 6 destacam a importância de um acesso facilitado e seguro às Unidades de Conservação, combinada com a necessidade de regularização fundiária que ofereça segurança jurídica para os órgãos gestores e viabilidade econômica para os proprietários de terras. A integração de medidas de segurança e parcerias estratégicas são fundamentais para assegurar a proteção e a sustentabilidade das UCs.



Grupo 7

Participantes: São Paulo (SP), Sergipe (SE), Bahia (BA), Pará (PA), e Espírito Santo (ES).

O Grupo 7 abordou temas relacionados a infraestrutura, acessibilidade, gestão de resíduos sólidos, capacitação e comunicação.



Tópico Principal

1. Infraestrutura sustentável e acessível:

- Desenvolvimento de estruturas que sejam ecologicamente corretas e que permitam o acesso a todos, independentemente de suas condições físicas.
- Inclusão de rampas, banheiros acessíveis e trilhas adaptadas em áreas de conservação.

2. Resíduos sólidos, coleta seletiva, priorizar materiais biodegradáveis e recicláveis:

- Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos.
- Incentivo ao uso de materiais biodegradáveis e recicláveis para reduzir o impacto ambiental.
- Gestão eficiente dos resíduos gerados nas áreas de conservação e durante as atividades de educação ambiental.

3. Comunicação, divulgação, treinamentos, idioma:

- Promoção de campanhas de comunicação para aumentar a conscientização sobre as práticas de conservação.
- Treinamento contínuo para guias e instrutores, garantindo que estejam bem-informados e preparados para educar o público.
- Inclusão de diversos idiomas para alcançar um público mais amplo e diverso, garantindo a acessibilidade da informação.

Considerações Finais

O grupo 7 destacou que as atividades de conservação devem priorizar a sustentabilidade e o bem-estar ambiental sobre os interesses financeiros. Devem ser focalizadas a promoção de práticas que valorizem o meio ambiente e a conservação como objetivos principais, incluindo ações que perpassem infraestrutura, gestão de resíduos e estratégias de comunicação adequadas, além de capacitação dos prestadores de serviços

Conclusão

As colocações do grupo 7 refletem a necessidade de um compromisso com a conservação ambiental, a capacitação adequada e a sensibilização sobre questões ambientais, além de uma ênfase na infraestrutura sustentável e acessível. A implementação de práticas responsáveis de gestão de resíduos e a promoção de uma comunicação eficaz são fundamentais para o sucesso das iniciativas de conservação.



10.3 Resumo e Sistematização dos principais temas abordados pelos grupos

1. Diagnóstico do Uso Público:

- Perfil dos visitantes e suas preferências.
- Capacidade de carga das UCs para atividades turísticas.
- Impactos ambientais do turismo e estratégias de mitigação.

2. Segurança física e jurídica:

- Medidas para segurança física dos visitantes.
- Conformidade com legislações ambientais e de uso público.
- Protocolos de segurança para diferentes atividades turísticas.

3. Infraestrutura, acessibilidade e inclusão:

- Melhoria da infraestrutura das UCs voltadas aos visitantes.
- Desenvolvimento de projetos de infraestrutura turísticas sustentáveis a longo prazo.
- Promoção da inclusão social e da acessibilidade em todas as atividades das UCs.
- Melhoria das vias de acesso às UCs.

4. Bioeconomia, desenvolvimento local e turismo sustentável:



- Promoção de atividades econômicas sustentáveis nas UCs.
- Criação de cooperativas e associações comunitárias.
- Incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis.
- Desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis.
- Turismo de base comunitária e etnoturismo.
- Proteção das identidades culturais e naturais.

5. Governança ambiental e Integração:

- Desenvolvimento de roteiros turísticos integrados.
- Governança integrada entre os setores ambiental e de turismo.
- Integração entre SISNAMA e o SISTUR.
- Alinhamento das políticas de conservação com o desenvolvimento turístico.
- Criação de grupos de trabalho intersetoriais entre os órgãos ambientais e de turismo.
- Criação de conselhos gestores que incluam diferentes representantes da sociedade.
- Rede integrada de trilhas que conectam diferentes UCs e regiões.

6. Comunicação e Divulgação:

- Estratégia de comunicação integrada.
- Campanhas de marketing e parcerias com mídia.
- Reconhecimento de empresas turísticas sustentáveis.
- Linguagem acessível e materiais inclusivos.

7. Parcerias e Capacitação:

- Parcerias com a mídia, agências de turismo, empresas privadas, órgãos públicos, terceiro setor e outros setores da sociedade.
- Capacitação e qualificação de gestores, técnicos, operadores turísticos e comunidades locais.
- Mecanismos e instrumentos econômicos de sustentabilidade financeira das UCs.
- Critérios para autorização e permissões de atividades.
- Formação contínua e aprimoramento profissional dos envolvidos na gestão das UCs.

8. Diversificação de Oportunidades, Microcrédito e Desenvolvimento Econômico:

- Linhas de microcrédito para empreendedores locais.
- Diversificação de atividades e oportunidades econômicas.



- Apoio ao empreendedorismo local.
- Criação de negócios inovadores e sustentáveis.



10.4 Considerações Finais sobre a atividade

Os grupos de trabalho apresentaram temas e propostas robustas e estratégicas para induzir e fortalecer o ecoturismo nas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, destacando a importância da segurança, do desenvolvimento econômico local, da integração comunitária e da comunicação eficiente. Cada grupo focalizou aspectos fundamentais como o diagnóstico do uso público, a segurança física e jurídica, a bioeconomia, a criação de roteiros integrados, as parcerias estratégicas, a infraestrutura, a inclusão social, a capacitação e o turismo sustentável. Essas propostas visam não apenas a preservação ambiental, mas também o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, promovendo um turismo responsável que valoriza a diversidade natural e cultural do país.

Os esforços coordenados pelos grupos de trabalho do SNUC demonstram um compromisso conjunto com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável através do turismo responsável. As propostas apresentadas não apenas visam proteger as Unidades de Conservação, mas também promover seu potencial como atrativos turísticos, gerando benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais e para a região onde as UCs encontram-se inseridas.

A implementação dessas medidas poderão fortalecer as UCs como polos de preservação ambiental e como indutores e catalisadores de crescimento sustentável, contribuindo para um futuro em que o turismo e a conservação caminhem de mãos dadas para o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Por fim, entende-se que os temas prioritários trazidos pelos grupos poderão subsidiar as discussões no âmbito da elaboração da estratégia nacional de ecoturismo.

11. Fechamento do 7º Encontro

No fechamento do 7º Encontro, Julia Bochner do INEA do Rio de Janeiro, na qualidade de Presidente interina do FSNUC, expressou seu agradecimento aos Estados presentes, e teceu um agradecimento especial ao IAT/PR, pelo apoio prestado à realização do evento.

Estimulou os Estados a participarem de forma mais ativa dos grupos de trabalho e nas futuras iniciativas. Ressaltou a importância da integração e participação dos estados na proposição de melhorias de gestão das Unidades de Conservação brasileiras e na consolidação de uma política pública mais robusta e eficiente voltada para fortalecimento da conservação da biodiversidade.

Salientou o sucesso do 7º Encontro do FSNUC, dando destaque as trocas realizadas entre os estados e o aprendizado mútuo adquirido durante os 2 dias do evento.



Destacou ainda que ano que vem será um importante marco na política das áreas protegidas, uma vez que serão comemorados 25 anos do SNUC.

A Presidente interina também pontuou algumas pendências a serem resolvidas. Dentre elas a necessidade de definir o coordenador do GT sobre criação de UCs. Após manifestações da plenária, o Estado de Minas Gerais se disponibilizou a coordenar o Grupo de Trabalho (GT) sobre a criação de Unidades de Conservação (UCs). Ficou acordado que será agendada reunião específica para dar início às discussões do GT criação e a definição dos seus componentes.

Foi informado que a próxima reunião do GT sobre sustentabilidade financeira está agendada para 03/07, enquanto a do GT Capacitação está marcada para 25/07.

Por fim, a Presidente interina destacou a necessidade de que todos os Estados enviem, por ofício, a indicação de seus 3 (três) representantes no prazo de 10 (dez) dias, para que seja viabilizada a publicação do ato formal com a composição atual do FSNUC.

12. Encaminhamento Finais

Após as palavras finais do Diretor do DAP/MMA, Pedro Menezes, e do coordenador geral do DAP, Bernardo Issa, foram acordadas as seguintes deliberações em relação a condução dos Grupos de Trabalho (GTs):

Deliberação 4: Extinção do GT Governança, tendo em vista a institucionalização do FSNUC por meio da publicação da Portaria GM/MMA nº 1.065/2024.

Deliberação 5: Suspensão temporária dos GTs de regularização fundiária e planejamento estratégico em função da ausência de capacidade operacional atual.

Deliberação 6: Criação oficial do GT de criação de UCs, sob coordenação de Minas Gerais, e do GT sobre a Estratégia Nacional de Ecoturismo, ainda a ser definido a coordenação.

O GT de sustentabilidade financeira e o GT de capacitação continuam ativos e seguem os trabalhos já em curso.

Resumo das pontuações finais:

- Ficam agendadas as reuniões do GT de sustentabilidade financeira e capacitação para os dias 03/07 e 25/07, respectivamente;
- Uma reunião virtual geral do FSNUC deverá ser realizada ainda no segundo semestre de 2024;



- O DAP/MMA elaborará insumos para complementação do levantamento das propostas de criação de UCs existentes;
- Os Estados e demais entidades parceiras deverão formalizar as indicações de seus representantes em até 10 (dez) dias por meio de ofício endereçado ao MMA.

Ao final foi lançado um formulário de satisfação via *QRCode* para que os participantes pudessem compartilhar suas impressões em relação ao evento. Foram obtidas 40 respostas, dentre as quais destacamos o seguinte comentário:

"Prezados,

Faço minhas as palavras de Euryandro, e ratifico o sentimento de acolhimento e da excelente organização do evento, especialmente por conta da sua magnitude!

Todavía, ops... influência da língua espanhola... ainda que tenhamos um excelente evento, minha singela crítica construtiva para o próximo fórum é a que tenhamos menos temas e mais tempo para discutir, ou a densidade de temas e mais dias de discussões.

Esse ponto de vista foi dito por mim ao Bernardo. Tive o sentimento de que quando os representantes dos Estados buscavam uma maior discussão de alguns dos temas... a exemplar coordenação do evento acabava por interromper os debates por conta da agenda a ser cumprida.

Assim, finalizo agradecendo enormemente a oportunidade das interações, pois os encontros presenciais nos proporcionam contatos e trocas de experiências extra evento que encontro virtuais não possibilitam, ao tempo que ratifico a ponderação sobre a densidade de temas x tempo para discussões.

Abraços a todos vosotros, ops... influência da ida à Argentina, Abraços a todos vocês!!!

E até a próxima!!!!!"

Após o encerramento do Encontro foi realizada visita técnica ao Parque Nacional do Iguaçu, na qual os participantes tiveram a oportunidade de assistir uma apresentação técnica do gestor da UC sobre a gestão e desafios do parque, bem como informações sobre o contrato de concessão e outras atividades da unidade. Em seguida, os participantes foram conduzidos até as passarelas e cataratas para apreciação de suas belezas cênicas naturais.



Anexos:

Fotos dos dois dias de evento:


[7º Encontro do Fórum de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza \(FSNUC\)](#)

[Apresentações:](#)


- Apresentação IAT
- SNUC e Fórum SNUC (MMA)
- Fundo Mata Atlântica (FMA/RJ)
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Pará
- Resultados da Oficina de Criação de UCs
- Programa de Turismo Sustentável em Unidades De Conservação Federais

Lista de presença:




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais - SBIO
Departamento de Áreas Protegidas - DAP

LISTA DE PRESENÇA



Reunião 7º Encontro do Fórum de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Data: 06/06/24
Horário: 09h00 as 18h00
Local do evento: Rafain Palace Hotel e Convention

NOME	ORGÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
Carlos do Castro Jr	OPIC/PA	914418118367	carlos.alberto@opic.pa.gov.br	
DEGEO BRUNO SILVA LIMA	SEMA-MA	(98) 98157-3682	DEGEO.LIMA@SEMA-MA.GOV.BR	
Julio Zapata R. Diaz	MMMA/DAP	61 2028 1520	julio.zapata@mma.gov.br	
WILVANDSON P. PAVALANTE	SEMACE/SE	79 99820.0020	wilvandon.pavalante@semace.gov.br	
Josanny Tharkech	SEMACE/ES	27-999857694	josanny@gmail.com	
para Paula da S.L. Sousa	IMAC/AC	68 99900 9081	aplutisouza@gmail.com	
Christiane A de S. Oliveira	JMNC/MS	68 99207-6544	christianeoliveira@gmail.com	
MARIO JOSÉ M. BARRETO	SEMACE/SE	79 99123 7462	mario.barreto@semace.gov.br	
Ammanda S. Balthazar	IAT/PR	41 99646-1946	ammandabalthazar@iat.pr.gov.br	
Gabriel N. Alves	IMA/AL	82 999 680353	gabrieln10@gmail.com	



NOME	ORGÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
Leonel Rodrigues	IDESTUR	45 99916 9616	LEONEL.Rodrigues@gmail.com	<i>[Signature]</i>
Mariana Ueira	Unim Shapper	45 99845 3904	mariguamouira@gmail.com	<i>[Signature]</i>
Gledson Brande	SEMA/AM	97 99102 6472	demuc@sema.am.gov.br	<i>[Signature]</i>
Walter Junior	SEMA/AM	97 971 2557	WJ@sema.am.gov.br	<i>[Signature]</i>
MARILIANA MOURA	SENAD ES	31 91858445	mariliana@sema.es.gov.br	<i>[Signature]</i>
Aracelis Silva	IMA SC	48 98359440	aracelisilva@ima.sc.gov.br	<i>[Signature]</i>
Marco N. F. Romarinho	MMA	61 20282559	marco.fonseca@mma.gov.br	<i>[Signature]</i>
Betânia S. Kichu	MMA	61 2028 2555	betania.fonseca@mma.gov.br	<i>[Signature]</i>
Alexandre Magalhães	IAT	55 98 410 4507	ALEXANDRE.MAGALHAES@IAT.MA.gov.br	<i>[Signature]</i>
Ruane de Azevedo	ICMBio	55 95 9814123		<i>[Signature]</i>
Giana Rodrigues	SEMA/CE	-		<i>[Signature]</i>
MATEUS C. L. MATEUS	INEMA	71 99 226553	mateus.leite@inema.gov.br	<i>[Signature]</i>
Floriane Alves Soff	INEMA	71 999835804	floriane.soff@inema.gov.br	<i>[Signature]</i>
Walgúnia Buscaia	IAT	41 99883-7986	walgunia@iataiat.pr.gov.br	<i>[Signature]</i>
Andriela de Souza Moura	SEMA CEARÁ	85 996566336	andriela.moura@sema.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
Mariana Molina	CIDCENTRO	(21) 99209 1357	marimolinas@cidcentro.com.br	<i>[Signature]</i>
José Valmir Bisobrin	IAT	45 94050451	valmir@iataiat.pa.gov.br	<i>[Signature]</i>
Roberto Osório	ICMBio Paraná	45 384071330	Roberto.Osorio@icmbio.pr.gov.br	<i>[Signature]</i>
Paulino Amaro	IBRAM - DF	61 984 606043	carol.ibram@gmail.com	<i>[Signature]</i>
RENATA DE V. BARRETO	IBRAM - DF	61 991078901	RENATAGERA@gmail.com	<i>[Signature]</i>
Claudia B. Silva	SEMA - ACRE	68 99977 2987	lima-claudia.c@gmail.com	<i>[Signature]</i>
MARCO J. JUNIOR	IBRAM - DF	61 98405 8954	marcos.junior@ibram.gov.br	<i>[Signature]</i>
PETERSON GAERLANDI	VIAIG - PARANÁ	45 95844 8833	gherlandi@smal.com.br	<i>[Signature]</i>
Danyelle Shayne	IBRAM	61 983154617	danyelle.ibram@gmail.com	<i>[Signature]</i>



NOME	ORGÃO	CONTATO	E-MAIL	ASSINATURA
Maíza Magalhães S. Oliveira	IMA - AL	82 996403960	maizamagalhaes@ma.gov.br	
Lucasana Costa Palma	IMA/UL - MS	67 993158383	lucasana@ulmat.ms.gov.br	
JULIA K. BOCHNER	INEA/RJ	21 989515103	JULIABOCHNER.INEA@GMAIL.COM	
Emerson Pinheiro	IN-PA/R5	21 97156-2897	emerson.inpa@gmail.com	
Maísa Claudine N. de Almeida	CPHA/PE	81 99838 2103	maisaclaudine@cpa.gov.br	
Marin Christina U. Conceição	SUDCTA/ PB	(83) 9.9601-0793	marinchristina.uelson@gmail.com	
Charli's Martins	MUNICÍPIO DE PITANGA	(41) 999774562	charli.fonseca@gmail.com	
Juliano Valente Loures	IDELOZ/PA/PAIS/PALEN	(91) 9.9808-1102	valente.loures@gmail.com	
Alotio L. de Oliveira	ICMBIO/MA	(66) 3026 9493	alotio.oliveira@icmbio.ma.gov.br	
Julio MEYER	IDEFCOR - PZO (PA)	71 993238126	Julio Meyer.PZO	
Cláudio Fernando de O. Neto	PREFEITURA MUN. MANÁ IN SEEN	63 996229970	claudiofernando@gmail.com	
Monica Jai O. Cabral	IDEMA/RN	(84) 99986-5357	monicaibral@idema.gov.br	
Pollyanna Régio	IDEMA/RN	(84) 98851-3453	pollyanna.regio@gmail.com	
Diana CF Gobert	IDEMA/RN	(84) 988674778	diana_cf@idema.gov.br	
Flavia Compassi	Fundação Grupo Proteção	(11) 999821679	flavia.compassi@fundacaogrupoprotecao.org.br	
José Wilson dos Santos	PARNA IGUAÇU/ICMBIO	(65) 99877-7245	jos-wilson.santos@icmbio.gov.br	
CRISTOPHE S. BALMAN	PARNA IGUAÇU/ICMBIO	(65) 991298991	cristophe.balman@icmbio.gov.br	
Luciani Prado	PMFI	45 999276285	luciani.prado@gmail.com	
Angela Maria	PMFI - SMMA	45 988030977	angela.maria@pmfi.gov.br	
Aráucio Rodrigues	PNI - ICMBIO	42 99101 3534	araucio.mosab3@gmail.com	
ESTELA MARA ROSA	IGR - ADCCUL	62 99606-8019	caio.souza@igra.gov.br	
Caio Cesar Neres Sousa	SEMAD - GO	65 99583 2180	caio.cesar@semad.go.gov.br	
Sanny Costa Saeggin	SEMA/MT	65 9912 8532	sanny.costa@sema.mt.gov.br	
Aro Paulo S. Gato	SEMA/MT		aro.paulo@sema.mt.gov.br	

